



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Triângulo - Núcleo de Apoio Regional de Frutal

Parecer Técnico IEF/NAR FRUTAL nº. 218/2025

Belo Horizonte, 24 de setembro de 2025.

PARECER ÚNICO				
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Nome: Agropecuária Três Irmãos LTDA			CPF/CNPJ: 30.660.174/0001-41	
Endereço: Praça Juscelino Kubitschek - nº 95			Bairro: Edna	
Município: Prata	UF: MG		CEP: 38.140-000	
Telefone: (34) 3336-7323		E-mail: safra@ambientalsafracom.br		
O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel? (x) Sim, ir para item 3 () Não, ir para item 2				
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL				
Nome:			CPF/CNPJ:	
Endereço:			Bairro:	
Município:	UF:		CEP:	
Telefone:		E-mail:		
3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL				
Denominação: Fazenda Raiz denominada Santa Terezinha, Santa Maria e Boa Vista			Área Total (ha): 663,3135	
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 21.750, 21.875 e 22.191			Município/UF: PRATA - MG	
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3152808-E23EBFFB8F8540469275E0DEE90FB33C				
4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA				
Tipo de Intervenção	Quantidade		Unidade	
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	1.176		UN	
5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO				
Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sirgas 2000)	
			X	Y
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	1.176	UN	755.173,744	7.858.211,568
6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
Uso a ser dado a área	Especificação		Área (ha)	
G - 01 - 03 - 1	Culturas anuais, semiperenes e perenes, cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.		209,2895	
7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)	
CERRADO	OUTROS		209,2895	
8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
Lenha de Floresta Nativa	LENHA	319,53	m³	
Madeira de Floresta Nativa	MADEIRA	46,35	m³	
1. HISTÓRICO				
<u>Data de formalização/aceite do processo:</u> 19/09/2025				
<u>Data da vistoria:</u> 24/09/2025				
<u>Data de solicitação de informações complementares:</u> 24/09/2025				
<u>Data do recebimento de informações complementares:</u> 24/09/2025				
<u>Data de emissão do parecer técnico:</u> 03/10/2025				
2. OBJETIVO				

É objeto desse parecer analisar a solicitação para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas, para uso alternativo do solo, em meio rural.

Processo para o corte de 1.176 (hum mil cento e setenta e seis) árvores isoladas com pastagem, em uma área de 209,2895 hectares, na Fazenda Raiz denominada Santa Terezinha, Santa Maria e Boa Vista, matriculada sob os nº 21.750, 21.875 e 22.191, município de Prata - MG, tendo entre estas:

- 22(vinte e duas) árvores isoladas de PEQUI (*Caryocar brasiliense*), sendo feito a compensação através do recolhimento junto ao PRÓ PEQUI no valor de R\$ 6.084,10, valor equivalente a 1.100 UFMGs, como medida compensatória pela supressão das 11(onze) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados) e as outras 11(onze) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados), será feito através do PTRF com a compensação do plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 110(cento e dez) mudas de pequis, nos termos da Lei nº 10.883/1992, artigo 2º, inciso I, alínea B, sendo compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.
- 18(dezoito) árvores de IPÊ AMARELO (*Handroanthus albus*), como medida compensatória pela supressão, será feito através do PTRF uma compensação em (100% dos indivíduos autorizados) com o plantio de 5:1, realizando assim o plantio de 90 (noventa) mudas de ipês amarelos, nos termos da Lei 9.743, de 15/12/1988, artigo 2º, inciso I, §1º, sendo compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.
- 02(duas) árvores de CEDRO, como medida compensatória pela supressão, será feito através do PTRF uma compensação em (100% dos indivíduos autorizados) com o plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 20(vinte) mudas de cedros, nos termos da Portaria MMA nº 148 de 7/6/22, são passíveis de autorização quando cumprem os requisitos presentes nos artigos 26 e 73 do Decreto 47.749 de 2019 e artigo 29 da Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102 de 2021, sendo compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.

O rendimento estimado é de 365,88 m³, sendo 319,53 m³ de lenha nativa e 46,35 m³ de madeira nativa, em áreas comuns da propriedade, conforme relatório técnico em anexo, para conversão do uso do solo para agricultura. Sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado ao uso interno no imóvel ou empreendimento e incorporação ao solo dos produtos florestais in natura.

3.CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENHIMENTO

3.1 Imóvel rural:

Imóvel Rural: Fazenda Raiz denominada Santa Terezinha, Santa Maria e Boa Vista;

Matricula: nº 21.750, 21.875 e 22.191;

Município: Prata - MG;

Área Total: 663,3135 ha;

Área Explorada (Pastagem): 209,2895 ha;

APP (Nativa): 34,1874 ha;

APP (Consolidada): 58,2442 ha;

Vereda: 35,6357 ha;

Reserva Legal: 134,4058 ha, sendo que 118,5420 ha está averbado conforme AV - 2 - 21.750, matrícula de origem (AV - 14 - 2.282), datado em 22/07/2009 e 15,8639 ha esta proposto e declarado no CAR, não inferior aos 20% exigidos por lei;

Percentual de cobertura vegetal nativa do município: 22,42%;

Biotipo: Cerrado

3.2 Cadastro Ambiental Rural:

- Número do registro: MG-3152808-E23EBFFB8F8540469275E0DEE90FB33C;

- Área total: 663,7057 ha;

- Módulo Fiscal: 22,1235;

- Área consolidado: 543,6448 ha;

- Remanescente de VN: 119,3415 ha;

- Reserva Legal: 134,4058 ha, proposto e declarado no CAR, tendo assim os 20% exigidos por lei;

- Área de preservação permanente: 128,0673 ha;

- Servidão: 00,00 ha;

- Qual a situação da área de reserva legal:

(x) A área está preservada: 134,4058 ha, sendo que 118,5420 ha está averbado conforme AV - 2 - 21.750, matrícula de origem (AV - 14 - 2.282), datado em 22/07/2009 e 15,8639 ha esta proposto e declarado no CAR, não inferior aos 20% exigidos por lei;

() A área está em recuperação: xxxxx ha

() A área deverá ser recuperada: xxxxx ha

- Formalização da reserva legal:

(x) Proposta no CAR (x) Averbada () Aprovada e não averbada

- Número do documento:

MG-3152808-E23EBFFB8F8540469275E0DEE90FB33C;

- Qual a modalidade da área de reserva legal:

(x) Dentro do próprio imóvel

() Compensada em outro imóvel rural de mesma titularidade

() Compensada em imóvel rural de outra titularidade

- Quantidade de fragmentos vegetacionais que compõe a área de reserva legal: 134,4058 ha, sendo que 118,5420 ha está averbado conforme AV - 2 - 21.750, matrícula de origem (AV - 14 - 2.282), da datado em 22/07/2009 e 15,8639 ha esta proposto e declarado no CAR, não inferior aos 20% exigidos por lei;

- Parecer sobre o CAR:

Verificou-se que as informações prestadas no CAR apresentado, correspondem com as informações prestadas no SEI. A localização e a composição da Reserva Legal estão de acordo com a legislação vigente para fins de deferimento da intervenção requerida.

4.INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Trata-se de um processo para o corte de 1.176 (hum mil cento e setenta e seis) árvores isoladas com pastagem, em uma área de 209,2895 hectares, na Fazenda Raiz denominada Santa Terezinha, Santa Maria e Boa Vista, matriculada sob os nº 21.750, 21.875 e 22.191, município de Prata - MG, tendo entre estas:

- 22(vinte e duas) árvores isoladas de PEQUI (Caryocar brasiliense), sendo feito a compensação através do recolhimento junto ao PRÓ PEQUI no valor de R\$ 6.084,10, valor equivalente a 1.100 UFMGs, como medida compensatória pela supressão das 11(onze) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados) e as outras 11(onze) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados), será feito através do PTRF com a compensação do plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 110(cento e dez) mudas de pequis, nos termos da Lei nº 10.883/1992, artigo 2º, inciso I, alínea B, sendo compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.
- 18(dezoito) árvores de IPÊ AMARELO (Handroanthus albus), como medida compensatória pela supressão, será feito através do PTRF uma compensação em (100% dos indivíduos autorizados) com o plantio de 5:1, realizando assim o plantio de 90 (noventa) mudas de ipês amarelos, nos termos da Lei 9.743, de 15/12/1988, artigo 2º, inciso I, §1º, sendo compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.
- 02(duas) árvores de CEDRO, como medida compensatória pela supressão, será feito através do PTRF uma compensação em (100% dos indivíduos autorizados) com o plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 20(vinte) mudas de cedros, nos termos da Portaria MMA nº 148 de 7/6/22, são passíveis de autorização quando cumprem os requisitos presentes nos artigos 26 e 73 do Decreto 47.749 de 2019 e artigo 29 da Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102 de 2021, sendo compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.

O rendimento estimado é de 365,88 m³, sendo 319,53 m³ de lenha nativa e 46,35 m³ de madeira nativa, em áreas comuns da propriedade, conforme relatório técnico em anexo, para conversão do uso do solo para agricultura. Sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado ao uso interno no imóvel ou empreendimento e incorporação ao solo dos produtos florestais in natura.

Taxa de Expediente (Corte de árvores isoladas): R\$ 1.847,35, com o pagamento efetuado em 20/08/2025;

Taxa Florestal de lenha nativa: R\$ 2.474,25, com o pagamento efetuado em 20/08/2025;

Taxa Florestal de madeira nativa: R\$ 2.396,98, com o pagamento efetuado em 20/08/2025;

5.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: Muito Baixa, Baixa e Média;
- Prioridade para conservação da flora: Muito Baixa e Alta;
- Prioridade para conservação Biodiversitas: Não possui área com prioridade;
- Unidade de conservação: N/A;
- Área indígenas ou quilombolas: N/A;
- Outras restrições:N/A;

5.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:**-Atividades desenvolvidas:**

- *G - 01 - 03 - 1* : Culturas anuais, semiperenes e perenes, cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

- Atividades licenciadas: *G - 01 - 03 - 1* : Culturas anuais, semiperenes e perenes, cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura.

- Classe do empreendimento: 1;

- Critério locacional: 0;

- Modalidade de licenciamento: Não passível;

- Número do processo: Não apresentou;

- Número da licença: Não apresentou;

5.3 Vistoria realizada:

Vistoria realizada em 24/09/2025, acompanhado do Servidor João Floriano da Silva – Masp nº 102077371, Coordenador do Núcleo de Frutal - MG. Na propriedade se desenvolverá atividades de agricultura. A intervenção será o corte de 1.176 (hum mil cento e setenta e seis) árvores isoladas com pastagem, em uma área de 209,2895 hectares, tendo entre estas, 22(vinte e duas) árvores isoladas de PEQUI (*Caryocar brasiliense*), 18(dezoito) árvores de IPÊ AMARELO (*Handroanthus albus*) e 02(duas) árvores de CEDRO, na Fazenda Raiz denominada Santa Terezinha, Santa Maria e Boa Vista, matriculada sob os nº 21.750, 21.875 e 22.191, município de Prata - MG.

5.3.1 Características físicas:

- Topografia: Declividade entre 5 e 20º

- Solo: Latossolo vermelho conforme IDE

- Hidrografia: O imóvel está inserido na bacia do Rio Paranaíba que deságua no Rio Paraná.

5.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: Cerrado

- Fauna: As espécies de animais de ocorrência comum na região que podemos destacar são: micos, tatus, tamanduá, quati, seriema, codornas, araras, inhambus, além de espécies de répteis e anfíbios. Na ocasião da vistoria não foram observados animais.

5.4 Alternativa técnica e locacional para intervenção em APP e supressão de Mata Atlântica estágio médio ou avançado: Não se aplica

5.5 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

- Perda de habitat para fauna local

- Retirada de cobertura vegetal

- Geração de renda

- Exposição do solo

6. ANÁLISE TÉCNICA

Conforme análise do processo SEI nº 2100.01.0031341/2025-21, foi constatado que a intervenção ambiental solicitada encontra-se de acordo com a necessidade, para liberação do corte das 1.176 (hum mil cento e setenta e seis) árvores isoladas com pastagem, em uma área de 209,2895 hectares, na Fazenda Raiz denominada Santa Terezinha, Santa Maria e Boa Vista, matriculada sob os nº 21.750, 21.875 e 22.191, município de Prata - MG, antropizada anterior a 22/7/2008 e em local onde está sendo implementado o plantio de silvicultura, de modo que a presença dos indivíduos inviabiliza o projeto. A intervenção é passível de autorização nos termos do artigo 2º, inciso III da Lei 20.308 de 2012.

Em análise ao inventário florestal e ao PIA, foram amostradas 22(vinte e duas) árvores isoladas de PEQUI (*Caryocar brasiliense*), 18(dezoito) árvores de IPÊ AMARELO (*Handroanthus albus*) e 02(duas) árvores de CEDRO, imune de corte, sendo estes indivíduos que serão suprimido, foram cotados para o pedido de corte, uma vez que suas retiradas serão imprescindível para a implantação do empreendimento após a concessão da autorização para a intervenção.

6.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

- Isolamento e proteção das áreas de preservação e reserva legal para evitar entrada de gado;

- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;

- Realizar aceiro para evitar fogo no remanescente de vegetação nativa;

- Fazer os trabalhos de conservação de solo;

- Proteção das áreas de preservação existentes no entorno da atividade.

- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo.

- Realizar o desmatamento em faixas, visando propiciar tempo para a fuga de animais silvestres.
- Utilizar meios de afugentamento de fauna.

7.CONTROLE PROCESSUAL

Por se tratar de processo de corte de árvores isoladas na haverá controle processual.

8.CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de realizar o corte de 1.176 (hum mil cento e setenta e seis) árvores isoladas com pastagem, em uma área de 209,2895 hectares, na Fazenda Raiz denominada Santa Terezinha, Santa Maria e Boa Vista, matriculada sob os nº 21.750, 21.875 e 22.191, município de Prata - MG, tendo entre estas:

- 22(vinte e duas) árvores isoladas de PEQUI (*Caryocar brasiliense*), sendo feito a compensação através do recolhimento junto ao PRÓ PEQUI no valor de R\$ 6.084,10, valor equivalente a 1.100 UFMGs, como medida compensatória pela supressão das 11(onze) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados) e as outras 11(onze) árvores de PEQUI (50% dos indivíduos autorizados), será feito através do PTRF com a compensação do plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 110(cento e dez) mudas de pequis, nos termos da Lei nº 10.883/1992, artigo 2º, inciso I, alínea B, sendo compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.
- 18(dezoito) árvores de IPÊ AMARELO (*Handroanthus albus*), como medida compensatória pela supressão, será feito através do PTRF uma compensação em (100% dos indivíduos autorizados) com o plantio de 5:1, realizando assim o plantio de 90 (noventa) mudas de ipês amarelos, nos termos da Lei 9.743, de 15/12/1988, artigo 2º, inciso I, §1º, sendo compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.
- 02(duas) árvores de CEDRO, como medida compensatória pela supressão, será feito através do PTRF uma compensação em (100% dos indivíduos autorizados) com o plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 20(vinte) mudas de cedros, nos termos da Portaria MMA nº 148 de 7/6/22, são passíveis de autorização quando cumprem os requisitos presentes nos artigos 26 e 73 do Decreto 47.749 de 2019 e artigo 29 da Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102 de 2021, sendo compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.

O rendimento estimado é de 365,88 m³, sendo 319,53 m³ de lenha nativa e 46,35 m³ de madeira nativa, em áreas comuns da propriedade, conforme relatório técnico em anexo, para conversão do uso do solo para agricultura. Sendo o material lenhoso proveniente desta intervenção destinado ao uso interno no imóvel ou empreendimento e incorporação ao solo dos produtos florestais in natura.

9.MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

1. Executar PTRF anexado ao processo, recuperando uma área de 1.330 m², pela supressão de 11(onze) árvores de PEQUI (*Caryocar brasiliense*), sendo 50% dos indivíduos autorizados, será feito através do PTRF com a compensação do plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 110(cento e dez) mudas de pequis, nos termos da Lei nº 10.883/1992, artigo 2º, inciso I, alínea B, 18(dezoito) árvores de IPÊ AMARELO (*Handroanthus albus*), como medida compensatória pela supressão, será feito através do PTRF uma compensação em (100% dos indivíduos autorizados) com o plantio de 5:1, realizando assim o plantio de 90 (noventa) mudas de ipês amarelos, nos termos da Lei 9.743, de 15/12/1988, artigo 2º, inciso I, §1º e 02(duas) árvores de CEDRO, como medida compensatória pela supressão, será feito através do PTRF uma compensação em (100% dos indivíduos autorizados) com o plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 20(vinte) mudas de cedros, nos termos da Portaria MMA nº 148 de 7/6/22, são passíveis de autorização quando cumprem os requisitos presentes nos artigos 26 e 73 do Decreto 47.749 de 2019 e artigo 29 da Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102 de 2021, sendo compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.
2. Apresentar relatórios anuais comprovante o desenvolvimento do PTRF e replantios que se fizerem necessários pelo período de 5 anos nos termos do artigo 2º, parágrafo 3º da Lei 20.308 de 2012;
3. Isolamento e proteção das áreas de preservação e reserva legal para evitar entrada de gado;
4. Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;
5. Realizar aceiro para evitar fogo no remanescente de vegetação nativa;
6. Fazer os trabalhos de conservação de solo;
7. Sugiros realizar a regularização e ou adequação da reserva legal, devido não ter como definir a reserva legal averbada na matrícula nº 21.750;

Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 1.330 m², tendo como coordenadas de referência 784.423,67 x; 7.855.773,82 y e 784.429,42 x; 7.855.753,80 y (UTM, Sirgas 2000), na modalidade 22k, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes, compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.

9.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes:

NÃO SE APLICA.

10.REPOSIÇÃO FLORESTAL

O VALOR DO RECOLHIMENTO DA REPOSIÇÃO FLORESTAL: R\$ 22.142,09;

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

(x) Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

(.) Formação de florestas, próprias ou fomentadas(.) Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas**11.CONDICIONANTES*****Esta Autorização para Intervenção Ambiental só é válida após obtenção da Licença Ambiental Simplificada - LAS.*****Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental**

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Executar PTRF anexado ao processo, recuperando uma área de 1.330 m², pela supressão de 11(once) árvores de PEQUI (Caryocar brasiliense), sendo 50% dos indivíduos autorizados, será feito através do PTRF com a compensação do plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 110(cento e dez) mudas de pequis, nos termos da Lei nº 10.883/1992, artigo 2º, inciso I, alínea B, 18(dezoito) árvores de IPÊ AMARELO (Handroanthus albus), como medida compensatória pela supressão, será feito através do PTRF uma compensação em (100% dos indivíduos autorizados) com o plantio de 5:1, realizando assim o plantio de 90 (noventa) mudas de ipês amarelos, nos termos da Lei 9.743, de 15/12/1988, artigo 2º, inciso I, §1º e 02(duas) árvores de CEDRO, como medida compensatória pela supressão, será feito através do PTRF uma compensação em (100% dos indivíduos autorizados) com o plantio de 10:1, realizando assim o plantio de 20(vinte) mudas de cedros, nos termos da Portaria MMA nº 148 de 7/6/22, são passíveis de autorização quando cumprem os requisitos presentes nos artigos 26 e 73 do Decreto 47.749 de 2019 e artigo 29 da Resolução Conjunta IEF/Semad nº 3.102 de 2021, sendo compensada na Fazenda Santa Vitória, Rio Tijuco, Canabarro I, Lagoa do Buriti e Palestina Gleba 5, matriculadas sob os nº 56.162, 76.448, 56.827, 56.828, 77.078 e 56.829, no CRI de Uberaba - MG.	Conforme cronograma do projeto
2	Apresentar relatórios anuais comprovante o desenvolvimento do PTRF e replantios que se fizerem necessários pelo período de 5 anos nos termos do artigo 2º, parágrafo 3º da Lei 20.308 de 2012;	5 ANOS
3	Sugiro realizar a regularização e ou adequação da reserva legal, devido não ter como definir a reserva legal averbada na matrícula nº 21.750;	
4		
...		

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC (X) SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: MAXSANDRE GOMES DE MOURA

MASP: CREA - MG: 90.651-D

Nome: JOÃO FLORIANO DA SILVA

MASP: 10207371

RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO

Nome:

MASP:



Documento assinado eletronicamente por **Maxsandre Gomes de Moura, Gerente**, em 03/10/2025, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joao Floriano da Silva, Servidor**, em 03/10/2025, às 08:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **123544483** e o código CRC **A238C8A2**.